



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RORAIMA – SR (25)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RORAIMA – SR (25)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	8
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	9
2. Objetivos e metas institucionais.....	10
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	10
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	11
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	11
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	12
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	12
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	12
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	14
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	14
Principais Ações do Programa	15
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	15
Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	16
2.3.1.2 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	18
2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	20
2.3.1.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	21
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	22
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	22
Principais Ações do Programa	23
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	23
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento....	25
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	27
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	29
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	31
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	33
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas..	35

2.3.2.8	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	37
2.3.3	- Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	38
	Principais Ações do Programa	39
2.3.3.1	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	39
2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	41
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	42
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	44
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	46
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	47
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	48
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	49
	Principais Ações do Programa	50
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	50
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo	51
	Principais Ações do Programa	52
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	52
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	53
	Principais Ações do Programa	54
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	54
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	54
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo.....	55
	Principais Ações do Programa	56
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	56
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	58
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	60
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	62
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	63
	Principais Ações do Programa	64
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	64

2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa.....	66
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	67
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	68
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	70
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa	70
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias.....	70
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	71
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital.....	71
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.	71
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	72
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	73
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	73
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	74
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	75
2.4.2.4.	Análise Crítica	76
2.4.3.	Indicadores Institucionais	77
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	86
3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	86
3.2	Análise Crítica.....	87
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	88
4.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	88
4.2	Análise Crítica.....	89
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade	90
5.1	Composição do quadro de servidores ativos	90
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	90
5.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010	91
5.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	92
5.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	93

5.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	93
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.....	93
5.3	Composição do quadro de estagiários.....	94
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	95
5.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	95
5.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	98
5.5.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	98
5.5.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	99
5.5.3	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	100
5.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	101
6.	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	104
6.1	Transferências efetuadas no exercício	105
6.1.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	105
6.1.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....	107
6.1.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	108
6.1.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	109
6.1.6	Análise Crítica	111
7.	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	112
8.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	114
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	115
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	115

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	117
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	117
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	119
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	119
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	119
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	120
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	121
11.1.4 Análise crítica:.....	122
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	123
12.1 Gestão de TI da UJ	123
No ano de 2010 não houve contratação de prestação de serviços de internet pela SR 25.	124
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal. ...	125
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	126
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	127
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	127
15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	128
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	129
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	130
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	131
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	132
Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....	133
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a	

Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	133
19. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	135
20. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	139

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado de Roraima			
Denominação abreviada: SR 25			
Código SIORG: 4147	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37201	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-0	
Telefones/Fax de contato:	(095) 2121-5858 PABX	(095) 2121-580 e 2121-5808 GABINETE	(095) 2121-5841 FAX
E-mail: Não Consta			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br/portal			
Endereço Postal: Av. Ville Roy nº 5315, Bairro São Pedro, Boa Vista/RR.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O INCRA foi criado pelo Decreto nº 1.110 de 09/07/1970 , alterado pela Lei nº 7.231 de 23/10/1984			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instruções Normativas, Normas de Execução, Manuais e Notas Técnicas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Os documentos referentes ao INCRA encontram-se na internet no endereço : http://www.incra.gov.br/portal/			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
37201	373029		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A maior responsabilidade do INCRA, consequentemente da SR 25, é a inclusão social e econômica, geração de renda e o desenvolvimento no meio rural, através da destinação de terras aos que desejam trabalhar com agricultura familiar e a regularização de terras públicas aos que cumprem com a função social de exploração prevista na Constituição. A SR 25 atua em 13 dos municípios de Roraima, constituindo-se exceções os municípios de Uiramutã e Pacaraíma. Face o número de Projetos de Assentamentos, a SR 25 procura mitigar os problemas existentes nos mesmos, de acordo com o fluxo de recursos recebidos, visando a melhoria de vida dos beneficiários da Reforma Agrária. Para a regularização, apesar da legislação que determinou o repasse de terras públicas matriculadas pelo INCRA para municípios e o Estado de Roraima, a SR 25 continua a prosseguir com os processos de regularização que foram solicitados a SR 25. Cabendo, segundo a estrutura organizacional, para a Superintendência de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a execução das transferências das terras públicas. Para cumprir com suas responsabilidades a SR 25 atua através de Programas destinados ao assentamento de trabalhadores rurais, a regularização fundiária e ao ordenamento agrário. Ressalte-se as Ações prioritárias para o Governo Federal, de acordo com a LDO que são visando “desenvolver o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda”: Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária ; Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamentos ; Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais ; Ação 8370 – Capacitação e Formação de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária ; Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados . Ainda como prioridade do Governo Federal, com o objetivo de “ fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos “ existe a Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos. Para a SR 25, tendo em vistas a realidade local , considera-se como prioridades : Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária; Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos , a Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e a Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Para desempenhar as suas atividades a SR 25 procura, com parcerias participativas com Instituições Públicas e Privadas, organizar as atividades conforme os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis. A participação dos beneficiários e dos servidores nos planos a serem desenvolvidos pela SR 25 é uma constante e faz parte da estratégia de trabalho.

Para a área de Projetos de Assentamentos foi priorizando a redução do passivo existente em demarcações, estradas, crédito e educação. Por exemplo, foi priorizando a demarcação de perímetros e lotes dos Projetos de Assentamentos, como premissa para a obtenção de licenciamento ambiental, a construção de estradas para facilitar o acesso aos lotes de Projetos de Assentamentos, a educação ao nível fundamental e ao nível médio de técnicas agropecuárias procurando suprir a necessidades de conhecimentos tecnológicos por parte dos assentados e familiares, o pagamento de créditos de instalação permitindo que os assentados possam iniciar com algum recurso material suas atividades na área rural.

Quanto ao setor fundiário, a SR 25 procurou promover georeferenciamento de áreas rurais ocupadas e exploradas adequadamente, preparando o caminho para a efetiva regularização e posterior registro em cartório pelos ocupantes, promovendo o ordenamento fundiário e a retomada de áreas ocupadas irregularmente. A remoção constante de servidores da SR 25 para outras SRs e a saída de servidores – através de concursos- para outros órgãos, reduziram a força de trabalho, principalmente de nível superior e, ainda, os recursos financeiros escassos limitaram as atividades. Finalmente a ausência de instituição interessada e qualificada, de acordo com as normas internas do INCRA, não permitiram a contratação ou convênio para a realização de trabalhos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATEs.

A estratégia, consubstanciada nos Programas e Ações executadas pela SR 25, com a efetiva participação dos beneficiários, segue as Diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária com o efetivo envolvimento da sociedade civil e o poder público aumentando a transparência dos atos e gastos efetuados pela SR 25. Para a consecução da participação dos atores beneficiários das políticas de Estado executadas pela SR 25 algumas vezes faz-se necessário a presença de servidores em reuniões realizadas por Associações de Assentados da Reforma Agrária durante os finais de semana, considerando-se solicitações demandadas neste sentido.

As limitações são de três aspectos: a) humanas, no decorrer dos últimos 06(seis), foram 37(trinta e uma) remoções e 13 (doze) vacância/exoneração, média de 06(cinco) perdas ao ano. Este fato conduz a contratação de mão de obra terceirizada, prejudicando o trabalho em geral da SR 25. Para o próximo 2011 já conta-se com pelo menos duas remoções de pessoal de nível superior; b) instalações, a sede e as unidades existentes no interior do Estado, são inadequadas, reduzidas para o número de servidores, com problemas de instalação elétrica e da rede de computadores, com inexistência de locais para recolher as viaturas e um almoxarifado adaptado e inadequado; c) de ordem financeira, de modo geral os cálculos são efetuados considerando-se os custos na região sul e sudeste, os quais são relativamente reduzidos em relação a região norte.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária compete coordenar e supervisionar a execução principalmente de: Cadastro Rural realizando as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR; desenvolver as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate de grilagem de terras; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e outras decorrentes e compatíveis: Cartografia analisar e aprovar os requerimentos de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos

referenciais e homologados, como suporte às atividades de georeferenciamento de imóveis rurais; adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais natureza cartográfica e outras atividades compatíveis: Regularização Fundiária realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária e outras atividades inerentes às suas competências: a Regularização de Territórios Quilombolas, embora parte integrante desta Divisão, não é uma atividade desenvolvida pela SR 25, considerando-se a inexistência de Quilombolas em Roraima.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Esta Divisão compete coordenar e supervisionar as atividades, dentre outras: Obtenção, proceder a vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária; atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras e outras atividades compatíveis; Implantação de Assentamentos realizar cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamentos de reforma agrária e de colonização; gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; aprovar projetos de colonização e demais atividades inerentes a Implantação de Assentamentos: Meio Ambiente e Recursos Naturais elaborar mapeamentos temáticos; providenciar licenciamento ambiental dos projetos de assentamentos; analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos da reforma agrária; outras atividades de sua competência.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento por meio de: Infra-estrutura através do acompanhamento da execução física e orçamentária dos serviços de assessoria técnica, social e ambiental - ATES, do crédito instalação, dos planos para o desenvolvimento e recuperação dos assentamentos, das ações de formação e capacitação dos assentados e dos serviços de topografia; acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras atividades compatíveis com suas competências; Desenvolvimento de Projetos pela implementação de projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamentos; analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; definir as pautas de valores dos projetos de assentamentos, para fins de autorização do respectivo título de domínio; realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamentos e promover a retomada de parcelas irregularmente ocupadas; emitir contrato de concessão de uso e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências; Educação e Cidadania promover parcerias com o Governo Estadual e/ou Municipal, instituições públicas e/ou comunitárias de ensino sem fins lucrativos, com organizações sociais sem finalidade lucrativa para a implementação do PRONERA (Educação no Campo); analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projeto e de convênios voltados para a educação e a cidadania; apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população de terceira idade das áreas de reforma agrária e demais atividades acordes às suas competências.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras: *Desenvolvimento Humano* manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários á homologação dos atos de concessão de aposentadorias e pensões; instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direito, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; acompanhar e controlar as atividades de Estágio Supervisionado e outras atividades compatíveis com suas atribuições: *Contabilidade* executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da SR 25 em consonância com o plano de contas da União; elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo ; examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos , convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferências de recursos; instaurar processos de Tomadas de Contas Especial ; verificar os processos decorrentes de despesas legalmente empenhadas, na fase que antecede ao pagamento, na forma da legislação vigente, inclusive quanto à incidência de tributos ; promover o registro no CADIN e no SIAFI dos órgãos inadimplentes e outras atividades compatíveis com suas atribuições: *Administração e Serviços Gerais* administrar os serviços de transportes e de manutenção das viaturas oficiais; administrar os serviços de reprografia e telecomunicações ; supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; recepcionar , registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência bem como expedir e receber a documentação tramitada entre a SR 25 e a sede do INCRA ; controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens ; instruir os processos licitatórios; providenciar a publicação de contratos, termos aditivos e ratificações de inexigibilidade e de dispensa de licitação e demais atividades decorrentes de suas atribuições: *Orçamento e Finanças* acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais ; promover a emissão de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas ; movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única da SR 25, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de operadores e diária dos lançamentos no SIAFI; registrar , cadastrar e publicar os termos de convênios , contratos e instrumentos congêneres ; promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família	1100	943	85,73	0

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
135.177,00	68.009,00	58.503,93	86,02	58.503,93	86,02	58.503,93	86,02

Fonte: Monitoria/SIAFI

Foram assentadas 943 famílias neste exercício cumprindo 85,73% da meta de 1.100 famílias que nos foi confiada. O assentamento destas famílias significa a médio e longo prazo a inclusão econômica e social de parcela de pessoas que irão obter renda com o trabalho no campo. Pela possibilidade de geração de emprego e renda e a democratização dos meios de produção na área rural, a SR 25 considera esta Ação como prioritária.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	4	hectare	53.468,0000	73.680,2951	137,80	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
278.033,00	263.147,00	243.788,32	92,64	243.788,32	92,64	243.788,32	92,64

Fonte: Monitoria/SIAFI

A principal atividade desta Ação é a identificação, vistorias e avaliações de imóveis para aquisição ou desapropriação de imóveis visando a imissão de posse. Ocorre que em Roraima toda a área de terras públicas já foi arrecadada pelo INCRA, então as vistorias voltam-se para a ocupação irregular de imóveis porque o Governo não iria pagar por um imóvel que já foi arrecadado e portanto é da União Apesar da provisão recebida ser superior aos recursos inicialmente previstos a SR superou 37,80% a meta programada.. Outras funções desta Ação são a verificação de áreas devolutas para a criação de projetos de assentamentos, o atendimento a solicitações de órgãos federais e solicitações da Justiça no que concerne a questões de terras. Além dos custos elevados de deslocamentos, existem ainda dois entraves principais para esta Ação em Roraima: 1) a área já foi arrecadada pela União e muitas vezes a vistoria se depara com áreas de pequeno tamanho ou com condições edafó-

climáticas inadequadas para o trabalho agrícola ; 2) o processo de repasse das terras da União para o Estado de Roraima, determinado por Lei e já iniciado, reduziu o alcance desta Ação.

2.3.1.2 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	8374	0135	A	3	licença	7	9	128,57	0

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
223.624,00	223.623,50	171.926,54	76,88	156.160,93	69,83	156.160,93	69,83

Fonte: Monitoria/SIAFI

Com esforço, conseguimos protocolar nove (09) licenças no órgão ambiental estadual de Roraima (Femact), mas apenas um (01) deles resultou em licença. Ressalte-se que existe um TAC efetuado pelo INCRA Sede, no qual previa o protocolo de dez licenças ambientais para ser realizado pela SR 25, inclusive existe um Acórdão do TCU sobre o licenciamento de projetos de assentamentos, que originou o TAC. A SR 25 não possuía licenças protocoladas até o ano de 2009 e espera-se cumprir com a parte de licenças previstas para o próximo ano. Esta Ação é considerada como prioritária pela SR 25 face a necessidade de regularização dos assentamentos sob o ponto de vista ambiental e de acordo com a legislação em vigor. O principal problema que existe para um melhor trabalho resume-se em capacitação e aquisição

de software específico e voltado para esta finalidade. Verifica-se que o gasto com esta Ação foi reduzido em relação ao provisionado, explicável pela não aquisição de softs e, consequentemente, uma maior e melhor capacitação da equipe. Ainda é de ressaltar que para esta Ação ser efetivada faz-se necessário a delimitação do perímetro do projeto de assentamento, demarcação de lotes e da reserva legal. Em resumo, com a aquisição de softs adequados e melhor capacitação da equipe poder-se-ia duplicar as metas realizadas com reduzido acréscimo de recursos financeiros.

2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

OBSERVAÇÃO: Esta ação apesar de prioritária pela LDO, não é executada pelas Superintendências de Roraima (SR25) e Amapá (SR21) por estas SRs já arrecadaram todas as terras devolutas, em seus âmbitos de atuações, em nome da união. Não constam metas físicas ou recursos financeiros previstos para trabalhar com esta Ação na programação do INCRA destinada as Superintendências de Roraima e Amapá.

OBSERVAÇÃO: Houve a Imissão na Posse de um (01) imóvel de 749,5405 ha referente a processo de anos anteriores.

2.3.1.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	121	0135	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	76.422,84	70.853,42	92,71	31.521,03	41,25	31.521,03	41,25

Fonte: Monitoria/SIAFI

Por ser um centro de custos administrativos do Programa, esta Ação não possui metas físicas porque se destina a cobrir despesas administrativas que não devem ser incluídas em outras Ações Finalísticas do Programa.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família	1315	0	0,0	0

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.582.661,00	2.338.000,00	2.338.000,00	100,00	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

A Ação de Infra-estrutura é uma das Ações prioritárias, de acordo com a LDO e procura fornecer infra-estrutura básica na forma de construção e/ou recuperação de estradas, rede elétrica, água, etc., procurando prover ou recuperar os projetos de assentamento de meios necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável por parte dos assentados. O maior passivo da SR 25 refere-se a esta Ação, pelos fatos de no passado: terem sido criados projetos sem infra-estrutura adequada; a necessidade, devido a fatores climáticos de conservação e recuperação de estradas de acesso e vicinais; a própria formatação de projetos extensos e em forma de espinha de peixe. A rede de eletricidade na área rural atualmente está a cargo da concessionária estadual de energia – conforme programa do Governo Federal. O abastecimento de água nos assentamentos fica difícil por causa das distâncias entre os lotes, variando de 200 a 500 metros de uma casa para outra;

por este motivo a SR 25 está procurando parceria com o DNPM, a FUNASA e outras instituições e, ainda, alocação de maior volume de recursos para dotar as vilas que estão em áreas de assentamento de um sistema simplificado de abastecimento de água. Saliente-se que os investimentos, por serem reduzidos, são alvo de discussão com as associações de assentados e a área técnica da SR antes da execução.

Os problemas enfrentados para o início ou recuperação de uma estrada são: a) demora na concessão da licença ambiental (sem a qual a SR não pode emitir a Ordem de Serviço) b) as liminares por parte de firmas perdedoras de licitações, que embora cassadas posteriormente atrasam o início dos trabalhos; c) a própria topografia e o regime de chuvas na região de mata que dificultam e oneram os trabalhos.

Para melhorar a forma de atendimento das necessidades de infra-estrutura básica a SR 25 procura criar projetos de assentamentos menores e com a previsão de agrovilas, facilitando o fornecimento de serviços básicos e outras necessidades sócio-culturais dos assentados e reduzindo custos.

Na LOA 2010, para a ação 0137-8396 (Infraestrutura) estavam alocados recursos no montante de R\$ 5.411.182,00 distribuídos entre Territórios (R\$ 4.271.640,00 – 1.083 famílias) e Jurisdição (R\$ 1.139.542,00 – 778 famílias); em 22/04/2010, foi descentralizado um crédito orçamentário (2010NC003116) no valor de (R\$ 4.503.826,00), para atender despesas com infraestrutura da SR-25, distribuído entre Territórios (R\$ 3.555.364,00) e Jurisdição (R\$ 948.462,00), que motivou a elaboração de um Termo Aditivo de Serviços ao Contrato CRT nº 006/2009, no valor de R\$ 2.338.180,66, devidamente aprovado pela autoridade competente e com a sua minuta apreciada e aprovada pela PFE (Processo 54390.000862/2009-61); em 06/07/2010, este crédito, àquela altura com o seu valor reduzido para R\$ 3.582.661,83, foi anulado (2010NC005782) na sua totalidade, a título de ajuste no orçamento do INCRA.

No final do ano foi feito um aditivo na concorrência 02/2009 para recuperação e complementação de 122,90 Km de estradas vicinais no valor de R\$ 2.338.000,00.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	8398	0137	8398	A	3	Família	1139	0	0,0	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
626.573,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Esta Ação é considerada prioritária para a SR 25 considerando ser antecedente da concessão de licença ambiental, no que se refere ao georeferenciamento do perímetro do projeto de assentamento e , ainda , porque outras ações dependem do georeferenciamento do perímetro do assentamento e da demarcação de lotes. Sem esta atividade torna-se difícil a viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável. Inclusive, a delimitação georeferenciada do projeto inibe a ocupação irregular de áreas no entorno dos limites do assentamento , com a conseqüente solicitação por parte de movimentos sociais no sentido da SR regularizar estas áreas ocupadas irregularmente pela ampliação da área original do assentamento.

Ocorre porém que na LOA 2010, para a ação **0137-8398** (Topografia) estavam alocados recursos no montante de **R\$ 2.556.531,00**, distribuídos entre Territórios (R\$ 829.116,00 – 1.507 famílias) e Jurisdição (R\$ 1.727.415,00 – 3.141 famílias); em 12/05/2010, foi descentralizado um crédito orçamentário (**2010NC003973**) no valor de (**R\$ 626.573,00**), para atender demanda da SR-25,

distribuído entre Territórios (R\$ 203.206,00) e Jurisdição (R\$ 423.367,00), que motivou a elaboração de um Projeto Básico para georreferenciar o perímetro de sete (07) PA's, com custo previsto em **R\$ 626.452,14** – 1.385 famílias; em 23/06/2010, este crédito foi anulado (**2010NC005400**), antes da deflagração do processo licitatório necessário para a contratação dos serviços relativos ao Processo **54390.000590/2010-33**.

Esclarecemos que estão prontos, nesta SR, os Projetos Básicos para o georreferenciamento de todos os PA's ainda não contemplados com esta ação, com um montante estimado em **R\$ 4.119.854,85 – 13.819** famílias (NE INCRA nº 47), ao tempo em que lembramos que estes custos poderiam ser drasticamente reduzidos se esta SR aderir à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico **SRP/MS nº 006/2010** do MDA, já que se trata de contratar serviços de mesma natureza, ainda neste exercício de 2010.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	4	Família	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Na realidade esta Ação depende de demandas efetuadas pelos movimentos sociais organizados, através de uma instituição legalmente constituída, a qual deve apresentar um projeto visando o incremento da renda dos produtores que trabalham em um projeto de assentamento. Este projeto é enviado para o INCRA sede, onde ficam centralizados os recursos desta Ação e, após análise o recurso é descentralizado para a SR 25 para posterior assinatura de convênio. Infelizmente, em 2010 o único projeto apresentado não conseguiu teve resposta e a espectiva descentralização de recursos pelo INCRA sede.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	4	Documento	308	1010	327,92	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
44.691,00	44.691,00	44.678,11	99,97	44.678,11	99,97	44.678,11	99,97

Fonte: Monitoria/SIAFI

Considerando a importância desta documentação para o assentado, principalmente o Título Definitivo do lote em que a família está assentada, foram realizados esforços por parte dos Servidores e por decisão estratégica, para realizar a Ação.

Sendo esta Ação o reconhecimento de entrega de documentação a título provisório (CCU) ou definitivo (TD), em projetos de assentamentos, decorrente, em grande parte, de atividades anteriores efetuadas por outras Ações, a SR 25 conseguiu emitir 891 contratos de concessão de

uso (CCU) e 119 títulos definitivos (TD), com informações constantes de atividades de supervisão de parcelas e da homologação de assentados.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	10YN	P	4	Projeto Consolidado	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

A SR 25 NÃO TRABALHOU COM ESTA AÇÃO E TAMBÉM NÃO RECEBEU RECURSOS FINANCEIROS

OBSERVAÇÃO: Esta Ação é específica para os Projetos de Assentamentos originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	4	Unidade Familiar Atendida	2	0	0,0	5

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.711,00	6.711,00	3.462,77	51,60	3.462,77	51,60	3.462,77	51,60

Fonte: Monitoria/SIAFI

Esta atividade depende de georeferenciamento ou demarcação topográfica para determinadas ações, tendo sido trabalhados apenas dois projetos de assentamentos com atividades de manejo e sensibilização de assentados quanto a necessidade da conservação ambiental, aliadas a realização de estudos de monitoramento de recursos naturais em áreas de assentamentos. Para atividades de áreas de preservação permanente ou construção de cercas para isolar as áreas de reservas legais, seria necessário muito mais recursos financeiros. Com a conscientização e educação ambiental os assentados poderiam realizar esta atividade utilizando espécies vegetais nativas (pupunha, açaí, cupuaçu etc.) na recuperação de áreas degradadas com geração de renda adicional à principal exploração, porém teria que haver estímulo para aquisição de mudas selecionadas, adubos, corretivos etc. A SR 25 só conseguiu iniciar os trabalhos desta ação no final do ano, e finalizará os trabalhos com os assentados no exercício de 2011.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinicius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	4	Família	850	75	8,82	404

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
12.636.207,00	7.798.800,00	5.243.800,00	67,24	795.000,00	10,19	795.000,00	10,19

Fonte: Monitoria/SIAFI

Os problemas relativos a esta Ação são: a) a grande diferença entre o provisionado pela Sede e o efetivamente liberado; b) falhas existentes na documentação das Associações ou dos assentados, o que inviabiliza o pagamento do crédito ; c) a autorização para complementação de crédito, por exemplo quem recebeu anteriormente R\$ 2.800 de apoio inicial tem direito a receber mais R\$ 800,00 para complementação até o valor atual de R\$ 3.200,00 , sendo que a complementação ocorre para os outros tipos de crédito; d) a demora da Associação em utilizar o recurso que foi depositado em conta bloqueada em nome da Associação; e) o grande número de tipos de créditos sem contar a complementação de créditos anteriormente pagos.

Lista das Notas de Empenho de Créditos

NUMERO	UO	PT	FONTE	PI	VALOR EMPENHADO	TIPO	QNT	Valor Unit	Valor Total	Município	PA
000071	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042731	19.200,00	APOIO	6	3.200,00	19.200,00	Caracarai	São Jose
000074	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042731	96.000,00	APOIO	30	3.200,00	96.000,00	Alto Alegre	Paredão
000083	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042731	33.600,00	APOIO	42	800,00	33.600,00	Bonfim	Renascer
000188	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	160.000,00	APOIO	50	3.200,00	160.000,00		Talismã Serra
000063	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	795.000,00	HABITA	53	15.000,00	795.000,00	Caracarai	dourada
000066	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	450.000,00	HABITA	30	15.000,00	450.000,00	Alto Alegre	Paredão
000068	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	450.000,00	HABITA	30	15.000,00	450.000,00	Amajari	Bom Jesus
000072	74203	21631013704270001	01000000000	D0137042733	900.000,00	HABITA	60	15.000,00	900.000,00	Canta	Tatajuba
000097	74203	21631013704270001	01000000000	D0137042733	750.000,00	HABITA	50	15.000,00	750.000,00		RR-170
000098	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	405.000,00	HABITA	27	15.000,00	405.000,00	Caracarai	Cupiuba
000196	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	630.000,00	HABITA	42	15.000,00	630.000,00	caroebe	Serra talhada
000197	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	330.000,00	HABITA	22	15.000,00	330.000,00	Canta	Tatajuba
000198	74203	21631013704270001	01000000000	C0137042733	225.000,00	HABITA	15	15.000,00	225.000,00	Canta	Serra dourada

Fonte: SIAFI

Lista das Ordens Bancárias de Créditos

NUMERO	RELACAO	VALOR	ESTADO	NE Orig.	VALOR	FAM	TIPO	PA	Vunit
800480	RE000071	795.000,00	SACADA	2010NE000063	795.000,00	53	HABIT	SERRA DOURADA	15000

Fonte: SIAFI

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
334.426,00	600.340,52	512.317,91	85,34	465603,91	77,56	465603,91	77,56

Fonte: Monitoria/SIAFI

Por ser um centro de custos administrativos do Programa, esta Ação não possui metas físicas porque se destina a cobrir despesas administrativas que não devem ser incluídas em outras Ações Finalísticas do Programa.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	4	Imóvel Gerenciado	3.362	1.670	49,67	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
30.259,00	48.204,81	31.119,07	64,56	31.119,07	64,56	31.119,07	64,56

Fonte: Monitoria/SIAFI

Para esta Ação temos a considerar que não estão considerados os Certificados de Cadastros Rurais CCIR emitidos, conforme descritos no PPA 2008-2011, porque no decorrer do ano de 2009, foi desenvolvido um programa para computação que permite ao interessado requerer diretamente por internet o CCIR sendo atualmente o CCIR emitido via internet no sítio <http://ccirweb.serpro.gov.br>, deixando de ser computado como meta local. Se computado o total de imóveis seria de 10.029 gerenciados. Por outro lado o acesso ao CCIR pela internet democratiza e facilita a obtenção do CCIR pela clientela.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	126	0138	2114	A	4	Sistema	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

ESTA AÇÃO É EXECUTADA APENAS PELA SEDE DO INCRA. NÃO OCORREU APOORTE FINANCEIRO PARA A SR 25.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Edvaldo Gomes.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	4	Hectare	1.998	6.185,39	309,58	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
29.970,00	20.930,00	20.929,46	100,00	20.929,46	100,00	20.929,46	100,00

Fonte: Monitoria/SIAFI

Considerando a mudança na legislação esta Ação deixou de ser executada pela SR 25, a partir da criação do Programa Terra Legal pela MP nº 458 de fevereiro de 2009, convertida, na Lei 11.952/2009 regulamentada pelo Decreto 6.992/2009, com a transferência para o Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA da competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal . O MDA pela Portaria nº 20 de 08/04/2009 delegou a operacionalização dos procedimentos até a finalização da titulação das ocupações para a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA, a qual é quem atualmente operacionaliza os recursos disponibilizados nesta Ação. A gestão do Programa Terra Legal é executada pela Secretária Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL que está ligada diretamente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA .

Esta Ação forma georreferenciados 79 imóveis com um total de 6.185,39 ha, superando a meta inicial em mais de 3 vezes.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	Área Regularizada (Hectare)	961	-	0,0	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
404.982,00	23.488,00	23.488,00	100,00	23.488,00	100,00	23.488,00	100,00

Fonte: Monitoria/SIAFI

Considerando a mudança na legislação esta Ação deixou de ser executada pela SR 25, a partir da criação do Programa Terra Legal pela MP nº 458 de fevereiro de 2009, convertida, na Lei 11.952/2009 regulamentada pelo Decreto 6.992/2009, com a transferência para o Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA da competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal . O MDA pela Portaria nº 20 de 08/04/2009 delegou a operacionalização dos procedimentos até a finalização da titulação das ocupações para a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA, a qual é quem atualmente operacionaliza os recursos disponibilizados nesta Ação. A gestão do Programa Terra Legal é executada pela Secretária Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL que está ligada diretamente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA .

Os recursos foram utilizados da seguinte maneira:

Nº	DESCRIÇÃO	TOTAL	OBS.
01	Autorização para construção e obras públicas municipais/ de acordo com o Dec. 7.341/10	41 Autorizações	Referente aos município de Amajari. Baliza, Cantá, Normandia, Caroebe, Rorainópolis, Iracema, Caracaraí.

Cadastramento de famílias/2010

Nº	DESCRIÇÃO	TOTAL	OBS
01	Cadastramento de famílias em consonância ao mutirão do ACO VERDE	52	Efetutados nos municípios de Mucajaí e Iracema

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	4	Hectare	6.039	-	0,0	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
269.014,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

A SR 25 NÃO TRABALHA ESTA AÇÃO.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marrek Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8387	A	4	Área Diagnosticada	300.000	12.563,67	4,19	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.000.000,00	173.887,70	166.973,22	96,02	161.166,32	92,68	161.166,32	92,68

Fonte: Monitoria/SIAFI

Considerando a mudança na legislação esta Ação deixou de ser executada pela SR 25, a partir da criação do Programa Terra Legal pela MP nº 458 de fevereiro de 2009, convertida, na Lei 11.952/2009 regulamentada pelo Decreto 6.992/2009, com a transferência para o Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA da competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal . O MDA pela Portaria nº 20 de 08/04/2009 delegou a operacionalização dos procedimentos até a finalização da titulação das ocupações para a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA, a qual é quem atualmente operacionaliza os recursos disponibilizados nesta Ação. A gestão do Programa Terra Legal é executada pela Secretária Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL que está ligada diretamente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA .

Foram feitas 55 vistorias para liberação de cláusulas resolutivas em propriedades e a Aferição de pontos com GPS de navegação, a fim de efetuar o geoperímetro urbano em vilas nos município do Estado de Roraima.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Richard Martins Torsiano.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
90.907,00	155.485,3	143.033,99	91,99	140.581,42	90,41	140.581,42	90,41

Fonte: Monitoria/SIAFI

Por ser um centro de custos administrativos do Programa, esta Ação não possui metas físicas porque se destina a cobrir despesas administrativas que não devem ser incluídas em outras Ações Finalísticas do Programa.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ronaldo Alves de Souza.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor Capacitado	61	100	163,93	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
57.767,00	69.967,97	61.061,14	87,27	49.203,06	70,32	49.203,06	70,32

Fonte: Monitoria/SIAFI

Para a SR 25 esta é uma Ação prioritária, considerando a necessidade da melhoria continua dos serviços prestados à clientela da Reforma Agrária e o contínuo aperfeiçoamento dos processos de trabalhos, aliado a responsabilidade e satisfação dos servidores capacitados.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

OBSERVAÇÃO: A SR25 NÃO TRABALHOU COM ESTE PROGRAMA.

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Nilton Bezerra Guedes**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	4	Família Assistida	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

A SR 25 NÃO TRABALHOU ESTA AÇÃO NO EXERCÍCIO.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

OBSERVAÇÃO: A SR25 NÃO TRABALHA COM ESTE PROGRAMA.

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

OBSERVAÇÃO: A SR 25 NÃO TRABALHA COM ESTA AÇÃO.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

OBSERVAÇÃO: A SR 25 NÃO TRABALHA COM ESTA AÇÃO.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida do Santos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	4	Trabalhador Escolarizado	600	-	0,0	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
444.000,00	444.000,00	444.000,00	100,00	244.000,00	54,95	244.000,00	54,95

Fonte: Monitoria/SIAFI

Não houve nova contratação nesta Ação. Todos os valores empenhados, liquidados e pagos são oriundos de contratos de convênios vigentes que deveriam terminar neste exercício, mas por atrasos nos repasses, foram prorrogados *ex officio* até 2011.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	999	1350	9999	A	1/2/3/4	texto	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

A SR 25 NÃO TRABALHOU ESTA AÇÃO NO EXERCÍCIO.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional Formado	100	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago
---------	-------------------	-----------------	-------------------	------------

R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
330.567,00	330.567,00	330.567,00	100,00	230.567,00	69,75	230.567,00	69,75

Fonte: Monitoria/SIAFI

Não houve nova contratação nesta Ação. Todos os valores empenhados, liquidados e pagos são oriundos de contratos de convênios vigentes que deveriam terminar neste exercício, mas por atrasos nos repasses, foram prorrogados *ex officio* até 2011.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
35.000,00	63.450,00	54.247,72	85,50	52.248,52	82,35	52.248,52	82,35

Fonte: Monitoria/SIAFI

Por ser um centro de custos administrativos do Programa, esta Ação não possui metas físicas porque se destina a cobrir despesas administrativas que não devem ser incluídas em outras Ações Finalísticas do Programa.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família	355	-	0,0	-

							Assistida							
--	--	--	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
354.610,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Mesmo esta Ação sendo considerada prioritária, a SR não conseguiu formalizar convênios ou contratos que atendessem as exigências das Normas referentes a esta Ação. Instituições que procuraram a SR 25, estavam com problemas – as vezes até com outras Superintendências do INCRA - no fornecimento de serviços desta Ação. Não existe, em Roraima, ao nível de conhecimento, instituição privada com estrutura de pessoal e material que atenda os requisitos das Normas de ATES e possa dar assistência a 1.784 famílias nos projetos de assentamentos localizados no interior do Estado. O Estado de Roraima, através da Secretária de Agricultura não manifestou oficialmente interesse em conveniar com a SR 25 a execução desta Ação. Para o próximo exercício tentaremos efetuar chamadas públicas, com as novas normativas, para sanar esses entraves.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
46.771,00	153.764,40	139.054,65	90,43	99.054,65	64,42	99.054,65	64,42

Fonte: Monitoria/SIAFI

Por ser um centro de custos administrativos do Programa, esta Ação não possui metas físicas porque se destina a cobrir despesas administrativas que não devem ser incluídas em outras Ações Finalísticas do Programa.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: Monitoria/SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.650.00,00	1.849.498,01	1.822.722,77	98,55	1.504.932,02	81,37	1.504.932,02	81,37

Fonte: Monitoria/SIAFI

Considera a SR 25 esta Ação como importante na medida em que supre os meios para a execução das atividades finalísticas. As suas principais atividades são a manutenção dos serviços administrativos, dos serviços de transportes, conservação de bens imóveis.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA	49201	373001

Fonte:

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Não aplicável a natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Não aplicável a natureza jurídica da UJ

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Não aplicável a natureza jurídica da UJ

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	492012112201352272			76.422,84
			492012112201372272			600.340,52
			492012112201382272			155.485,30
			492012112207502000			1.821.598,01
			492012112211204304			5.820,00
			492012112213502272			63.450,00
			492012112214272272			153.764,40
			492012112501382105			48.204,81
			492012112701382110			23.488,00
			492012112701384426			20.930,00
			492012112701388378			173.887,70
			492012112801394572			69.967,97
			492012136313508370			330.567,05
			492012136613504474			444.000,00
			492012163101358374			223.623,50
			492012163101358384			68.009,00
			492012163101358387			263.147,00
			492012163101372B06			6.711,24
			492012163101374358			44.691,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	492012112207502000	27.900,00	7.798.800,00	
			492012163101370427 492012163101378396	2.338.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	3.831.693,37	-	456.960,00	-
Concorrência	11.050.437,97	2.338.000,00	-	-
Pregão	2.251.967,78	2.023.765,47	1.658.106,21	1.712.460,27
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	300.669,83	587.080,10	249.864,74	441.403,95
Inexigibilidade	217.800,00	28.269,00	191.995,68	15.729,90
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	12.914.412,79	10.711.852,77	4.811.162,99	2.300.853,72

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
41 - TRANSFERENCIAS CONS. PUBLICOS	1.468.958,07	4.424.567,05	1.468.958,07	4.424.567,05	-	-	1.468.958,07	474.567,05
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	719.671,04	873.898,44	719.671,04	873.898,44	-	-	589.973,96	762.553,03
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.441.409,46	783.945,03	4.441.409,46	783.945,03	-	-	930.605,73	587.240,55
Demais elementos do grupo	2.063.457,22	1.996.884,82	2.063.457,22	1.996.884,82	-	-	1.761.951,86	1.851.087,21

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	11.050.437,97	2.338.000,00	11.050.437,97	2.338.000,00	-	-	-	-
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	108.447,98	27.872,00	108.447,98	27.872,00	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
66 - CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	5.243.800,00	-	5.243.800,00	-	-	-	795.000,00
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2.4. Análise Crítica

Com a redução do quadro de servidores a execução indireta tem sido a saída para gerar produtos para a nossa clientela, o que reflete o aumento dos convênios e da contratação de empresas por licitação, e a ainda a contratação de terceirizados.

O forte aumento dos restos a pagar foi fruto principalmente da falta de orçamento para cumprir os compromissos.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	- Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. - Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	$\frac{(4.753.612,8907 / 22.429.898,00) \times 100}{21,19\%} =$
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. - Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	$(3/91) \times 100 = 3,30$
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. - Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	Atualmente, com o repasse de terras p/ o Estado o prog. Terra Legal, a SR 25 não mais regulariza terras = 0%.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	A SR 25 Não Trabalha com Obtenção de terras porque já arrecadou todas as áreas existentes em nome da união.
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	$(9/1) \times 100 = 900$
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	$(1/66) \times 100 = 1,51$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	Há a inexistência oficial no SIPRA desta informação. Na prática toda residência em assentamento dispõe de poço tipo Amazônia.
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	Não existe assentamento com PDA/PRA na SR 25 0/66 = 0%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	A SR 25 não dispõe de contrato ou convênio de ATES, porém os assentados dispõem de acesso aos Lotes 100%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	- Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; - Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	(39/943)x100 = 4,13%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	0 Apesar de terem sido emitidas 120 DAP's no período não houve nenhum contrato foi firmado.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; - Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	0% A SR 25 não possui contrato ou convênio de ATEs.
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Como a SR25 não possui contrato ou convênio de ATEs, foi realizada média entre as rendas declaradas para obtenção da DAP do PRONAF: R\$438,69 / mês.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	- Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. - Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	$(2.492 / 22.013) \times 100 = 11,32$

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0 Não Houve criação de projetos ambientalmente diferenciados no período.
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	---

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0% A SR 25 não tem Projetos consolidados.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$(100/106) \times 100 = 94,34$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$890/106 = 8,40$
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício) multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	$(4 / 14) \times 100 = 28,57$

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	Este índice é exclusivo da SEDE.
------------------------------	---	--	-----------	-----	-------------	--	--	----------------------------------

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
37201		SR 25/RR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas: -					

Fonte: DA

OBSERVAÇÃO: Não houve Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício.

3.2 Análise Crítica

OBSERVAÇÃO: Não houve Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	14.416.913,00	-	-	-
2008	7.296.995,00	-	-	-
...	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI/DA

4.2 Análise Crítica

Os restos a pagar são fruto:

- 1) A falta de disponibilidade de recursos financeiros para liquidar os créditos;
- 2) Contratos de investimentos (Construção da sede e infra-estrutura);
- 3) Inversões financeiras na forma de Créditos aos Assentados da reforma agrária, onde, de acordo com a norma, pode-se manter o crédito empenhado por dois (02) anos, aguardando sua efetivação.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	94	1	7
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	90	0	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	89	0	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	4	1	4
1.4.1 Cedidos	0	4	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	4
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	16	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	14	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	10	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	2	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	2	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	110	1	7

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	5	15	29	39	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	14	28	37	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	1	2	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	6	7	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	6	7	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	4	15	41	33	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	4	15	40	30	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	1	3	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	1	10	5	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	8	5	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	0	0	0	0
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	6	2
1.1 Voluntária	5	2
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	2	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsório	2	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	7	0
2. Proporcional	0	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	7	8	8	7	0
· Área Fim	4	5	5	4	0
· Área Meio	3	3	3	3	0
Nível Médio	11	11	11	14	0
· Área Fim	9	9	9	12	0
· Área Meio	2	2	2	2	0

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010.

OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior. Custo Total R\$ 85.953,00

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	5.507.105,91	-	461.114,31	158.596,36	439.812,87	334.928,74	-	6.901.558,19
2009	5.268.330,95	-	472.920,42	159.096,29	542.319,38	301.590,81	-	6.744.257,85
2010	5.067.065,69	-	453.912,82	150.726,98	696.506,44	601.622,66	4.615,73	6.974.450,32
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-

2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	3.468,25	-	-	3.468,25
2009	-	-	-	-	180,00	-	-	180,00
2010	-	-	-	-	4.049,22	-	-	4.049,22
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	285.277,44	-	-	48.470,79	-	-	333.748,23
2009	-	303.487,11	-	-	71.911,07	-	-	375.398,18
2010	-	294.141,77	-	-	101.962,98	-	-	396.104,75
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	9.824,66	-	-	14.894,35	-	-	24.719,01
2009	-	10.132,31	-	-	13.076,90	-	-	23.209,21
2010	-	10.104,24	-	-	19.596,00	-	-	29.700,24

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 31.834,95
2009	R\$ 8.505,00
2010	R\$ 16.304,29

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SR 25/RR													
UG/Gestão: 37201/373029							CNPJ: 00.375.972/0026-19						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	04/06	12.104.972/0001-05	12/12/06	12/12/10	X						A
2010	L	O	12/10	07.524.266/0001-82	27/12/10	27/12/11	X						A
2005	V	O	09/05	84.013.234/0001-63	19/02/05	01/08/10				X			A
2010	V	E	08/10	84.013.234/0001-63	02/02/10	02/02/11				X			A
Observação: -													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: DA

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SR/25/RR													
UG/Gestão: 373039/37201						CNPJ: 00.375.972/0026-19							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	01/2010	02.043.066/0001-94	22/04/10	22/04/11			X				A
Observação:													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: DA

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
05/11	8	4	SR/25/RR
08/10	8	4	SR/25/RR
01/10	1	19	SR/25/RR
04/06	7	13	SR/25/RR
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

FONTE: DA

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Dos indicadores que acompanhamos nesta unidade dada a possibilidade de aferição de seus impactos, temos:

a) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Acidentes não foram registrados no decorrer do exercício em análise. Quanto a Doenças Ocupacionais, pode ser viabilizado a aferição, a partir da efetivação dos exames periódicos, no bojo das inovações, em curso, dentro do **SIASS-Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor**.

b) Rotatividade (turnover)

Propiciado pela grande demanda por remoção para outros estados da federação, exoneração e vacância (assumir cargos não acumuláveis), sendo substituídos por mão-de-obra terceirizada, sem a devida qualificação.

No decorrer dos últimos 06(seis) anos, foram 37(trinta e sete) remoções e 13(treze) vacância/exoneração, média de 06(seis) ao ano. Para um efetivo de 104(cento e dezesseis) servidores, representando 7% do quadro.

Em números relativos parece pouco. No entanto, considerando que a maioria são concursados, urge a adoção de medidas de forma conter tal processo.

c) Educação Continuada

O desenvolvimento dos servidores (capacitação) ocorre observando o que dispõe o Plano Nacional de Capacitação, aprovado em decorrência do disposto no Decreto nº. 5.707/06. No âmbito do INCRA o assunto está disciplinado pela Instrução Normativa INCRA nº. 52/09. Avaliação efetuada no exercício de 2010, temos os seguintes dados:

Nº. de capacitações	022
Nº. de horas aulas	890
Nº. de servidores capacitados	100
Público alvo atendido	Servidores que atuam em atividades, abarcadas pelo escopo dos eventos de capacitação.

Não obstante o alcance das metas estabelecidas, ainda se padece da ausência de um plano de capacitação. Tal assertiva pode ser corroborada pela ausência do requisito **capacitação**, nas progressões e promoções de servidores do quadro efetivo do INCRA.

d) Satisfação e Motivação

Não possuímos indicadores.

e) Disciplina

O único momento para aferição do aludido indicador, é por ocasião das avaliações de estágios probatórios, consoante dispositivo abaixo (INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA/nº29, 13 de fevereiro de 2006):

Art. 3º Durante o estágio probatório serão avaliadas a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho do cargo ocupado, observando-se os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade; e

V – responsabilidade.

Por abarcar pequena parcela de os servidores, reputamos como inviável para servir referencial. Urge a necessidade de buscamos outras variáveis.

f) Desempenho Funcional

Os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº. 7.133/10. Indicador em construção.

g) Níveis Salariais

Apesar de os avanços é imperativo o atendimento de pautas em negociação. Temos defasagem remuneratória, inclusive, comparando com entidades do Poder Executivo; situação que impacta negativamente, tanto a nível motivacional como no processo de melhoria da qualidade das contratações, dado o baixo atrativo.

h) Demandas Trabalhistas

Não Possuímos indicadores.

Quanto a previsão em viabilizar o desenvolvimento dos demais indicadores em pauta e, a construção de novos indicadores, reproduzimos abaixo, a posição do chefe da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, quanto aos empecilhos para efetivação do desafio, que certamente retrata a deficiência de toda a estrutura da Autarquia:

“É evidente a gravidade da insuficiência de recursos humanos que determina uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

Assim, a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. O contingente disponível para atividades relativas à gestão de recursos humanos não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar)”.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SR 25/RR									
CNPJ: 00.375.972/0026-19					UG/GESTÃO: 373029/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	SIAFI - 597630	05.463366/0001-10	842.761,02	8.344,16	-	834.416,86	10/12/2007	10/04/2010	1
1	SIAFI - 597631	05.463366/0001-10	1.212.000,00	12.000,00	-	1.200.000,00	10/12/2007	10/04/2010	1
1	SIAFI - 637959	05.463366/0001-10	1.200.000,00	12.000,00	244.000,00	988.000,00	29/12/2008	25/04/2011	1
1	SIAFI - 638975	05.463366/0001-10	859.264,16	8.593,00	230.567,05	750.671,16	30/12/2008	22/03/2011	1
1	SIAFI – 638985	84.012012/0001-26	2.367.000,00	237.000,00	-	1.050.000,00	31/12/2008	30/06/2010	1
1	SICONV - 748700	00411585000132	3.650.000,00	75.500,00	-	-	13/09/2010	15/04/2011	1
LEGENDA									

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: INCRA/SR(25)/DA

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SR 25/RR						
CNPJ: 00.375.972/0026-19				UG/GESTÃO: 373029/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	3	-	1	1.854.253,90	2.068.958,07	474.567,05
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	3		1	1.854.253,90	2.068.958,07	474.567,05

Fonte: INCRA/SR(25)/DA

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SR 25/RR					
CNPJ: 00.375.972/0026-19			UG/GESTÃO: 373029/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	03	5.688.671,16	1.738.671,16	3.950.000,00	30,33%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	03	5.688.671,16	1.738.671,16	3.950.000,00	30,33%

Fonte: INCRA/SR(25)/DA

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SR 25/RR					
CNPJ: 00.375.972/0026-19			UG/GESTÃO: 373029/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		04	-
		Montante Repassado		2.038.671,16	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	03	-
			Montante Repassado (R\$)	2.784.416,86	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		01	-
		Montante Repassado (R\$)		895.491,50	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		04	-
		Montante Repassado (R\$)		2.668.220,00	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		01	-
		Montante Repassado (R\$)		618.347,00	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		06	-
		Montante Repassado (R\$)		2.978.815,22	-

Fonte: INCRA/SR(25)/DA

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SR 25/RR					
CNPJ: 00.375.972/0026-19				UG/GESTÃO: 373029/37201	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			03	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	03	-
			Montante repassado (R\$)	2.784.416,86	-
2009	Quantidade de contas prestadas			01	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		01	-
		Montante repassado (R\$)		895.491,50	-
2008	Quantidade de contas prestadas			04	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		04	-
		Montante repassado		895.491,50	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		06	-
		Montante repassado		2.978.815,22	-

Fonte: INCRA/SR(25)/DA

6.1.6 Análise Crítica

Os convênios constantes do SIAFI na situação a Liberar, Cód. 637959 e 638975, foram prorrogados de ofício, em razão do atraso na liberação da 3ª parcela, que fora liberada apenas uma parte por falta de recursos financeiros. Os saldos do convenio, SIAFI- 638985 com o prazo de vigência expirado serão cancelados.

No exercício de 2010 a Superintendência celebrou apenas um convenio, no valor de R\$3.650.000,00 (Três milhões seiscientos e cinquenta mil reais) cujo empenho não foi liquidado, encontra-se em vigência, aguardando liberação de recursos financeiros.

Os que se encontram na situação a Comprovar já estão sendo tomadas as medidas necessárias junto às Convenientes. Ressaltamos que o Convenio SIAFI -506990, apresentou a prestação de contas e não houve o alteração de registro junto ao SIAFI

Em relação aos que se encontram na situação 'A Aprovar', representam a maior parte dos convênios celebrados em exercícios anteriores com suas prestações de contas pendentes de análise contábil.

O Convenio SIAFI - 638985, já teve sua prestação de contas analisada, não sendo aprovado, a Superintendência encaminhou notificação solicitando recolhimento dos valores devidos aos cofres públicos. A Conveniente por sua vez não atendeu a notificação dentro dos prazos estipulados. Em 2011 a Superintendência determinou a inclusão do referido convênios a conta de inadimplente, bem como a instauração da Tomada de Contas Especial.

Temos convênios na situação de inadimplente, estão sendo encaminhados para Comissão de TCE, já estão sendo providenciando as devidas instaurações.

Conclusão:

O grande problema é que não há servidores suficientes para execução dos trabalhos na área administrativa e financeira. O Setor de Orçamento, Finanças e Contabilidade dispõem apenas de dois servidores para execução de todas as atividades, sendo que a Contabilidade, apenas um servidor está habilitado para analisar e emitir pareceres sobre as devidas prestações de contas.

A Superintendência esta comprometida em criar uma comissão para em conjunto com a contabilidade procederem as devidas análises.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RORAIMA - SR (25)/RR

DECLARAÇÃO

Declaramos que todas as informações referentes a Contratos estão disponíveis no Sistema Integrada de Administração de Serviços Gerais – SIASG.
Declaramos ainda que há em tramitação um Convênio no SICONV.

Boa Vista/RR, 24 de fevereiro de 2011.


HILDA MATOS LIMA

Chefe subst. Divisão de Administração
Port. 010/2010

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, do total de cento e onze (111) servidores trinta e oito (38) cumpriram com a determinação. Pouco mais de 34 %.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: 1 - A metodologia utilizada foi reunir os gestores para responder às questões. 2 - Não há código de ética na UJ, mas seguimos o da administração pública federal. 3 - As questões deveriam ser mais objetivas, pois muitas deram margem a interpretações diversas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> 1 - A sede iniciou através de e-mail campanha para utilização de canecas pelos servidores. 2 - Os monitores dos computadores novos são de LCD, mas a licitação foi feita de forma centralizada pela Sede.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Roraima	-	-
	Boa Vista	-	-
	Caracaráí	-	-
	Rorainópolis	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	Não se Aplica	-	-
	Não se Aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: DA

OBSERVAÇÃO: Não há bens Imóveis de Uso Especial sob responsabilidade da SR 25.

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RR	2	2
	Boa Vista	2	2
	Caracaráí	-	-
	Rorainópolis	-	-
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	Não se aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: DA

OBSERVAÇÃO: Os dois imóveis na capital são alugados.

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							-	-

Fonte: DA

OBSERVAÇÃO: Não há bens Imóveis de Uso Especial sob responsabilidade da SR 25.

11.1.4 Análise crítica:

A SR 25 não tem sede própria, o imóvel onde funciona as instalações da Superintendência Regional é alugado. A Sede própria encontra-se em fase de execução. O imóvel do INCRA em Caracaraí/RR é cedido pela prefeitura deste município.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

No ano de 2010 não houve contratação de prestação de serviços de internet pela SR 25.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Não Houve Utilização dos Cartões de Pagamento no Exercício.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Ainda não conseguimos criar um grupo de trabalho para a análise de convênios, temos apenas um servidor que se desdobra para atender esta demanda. Estamos tentando capacitar mais servidores para participar dos trabalhos.

- 17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.**

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

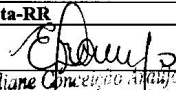
- 18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM RORAIMA –
SR(25)RR



Declaração Plena do Contador

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM RORAIMA – SR(25)RR		373029	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Boa Vista-RR	Data	22 de março de 2011
Contador Responsável	 Eliane Conceição Araújo Técnico em Contabilidade Mat. 725975	CRC n.º	3.200/AM

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

19. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO CADASTRAL

TEL. PROC. 3623-9606

IDENTIFICAÇÃO	DATA	ASS UNT O	INTERESS ADO	OBSERVAÇÃO	Muni cípio	Área	DESTINO	ULTIMA AÇÃO	SITUAÇÃO CADASTRAL
54390.000127/00-76	14/02/00	7020 8-08	NEWTON TAVARES	Fiscalização administrativa Fazenda Guanabara Município Normandia 019 026 952 - 91	Norm andia	10.000,0	SERVIÇO DE CADASTR O RURAL	PROTOCOLO – Arquivamento – 04/09/2006	10.000,00 ha Cancelado Dentro da AI Raposa/Serra do Sol FUNAI
54390.000124/00-88	17/02/00	7020 8-08	CEZAR LUIZ BIZARRO MONTEIRO –	Fiscalização Administrativa Fazenda Círculo Zero Município Normandia 018 021 190 - 00	Norm andia	18.734,0	CARTOGR AFIA	P/ Posicionar Faixa de Fronteira e Área indígena (buscando indenização da FUNAI, hotel e pista de pouso)	10.000,00 ha Cancelado
54390.000204/2001-12 0310110381300	25/06/01	7241 3-13	OMIRO DE SOUZA	Fiscalização de Imóvel Rural Flexal		117.531,0	CARTOGR AFIA	P/ Posicionar Faixa de Fronteira e Área indígena	62.749,7000 há Cancelado
54390.000203/2001-78 0310110327861	25/06/01	7241 3-13	OMIRO DE SOUZA	Fiscalização de Imóvel Rural		50.000,00	CARTOGR AFIA	P/ Posicionar Faixa de Fronteira e Área indígena	49.950,0000 há Cancelado
54390.000206/2001-10 0310460069636	25/06/01	7241 3-13	PAULO DA CUNHA FREIRE	Fiscalização de Imóvel Rural Fazenda Conceição da Altamira		18.695,5 Bonfim	CARTOGR AFIA	P/ Proceder de acordo com o parecer (?) Análise em condições de arquivamento	8.062,2000 há Ativo Inibição Atual. Cadastral

									Emissão CCIR Reativado em 20/11/03 Registrada: 4.309,3000 Posse: 3.752,900
54390.000190/2001-37	01/01/01	7241 3-13	SUPERINT ENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/RR	Fiscalização de imóvel rural		Vários	PROCURA DORIA	Junta certidão (Proc. Uelito) Para Proc. F. A. Santiago para manifestação conclusiva	Vários
54390.000126/00-11	17/02/00	7020 8-08	DEUSDET E COELHO	Paraíso Município Bonfim	Bomfi m	11.200,0	PROCURA DORIA	Acácia Mendes Coelho – 447.293.832- 49 C.I. 7.015/SSP/RR – SNCR = 031 046 008 362 – 0 05/02/02 – Comissão decide reativação do imóvel 21/02/02 – Atendida a solicitação (prosseguimento ?) 07/03/05 – ao Proc. F. A. Santiago p/ manifestação conclusiva 09/06/05 – Não pronuncia por questões de foro íntimo 01/08/05 – Para análise Proc. Uelito Obs. Extrato da Cadeia Dominial = ? = sem origem/destaque do domínio público – supõe se título de 1898	11.198,1000 Ativo Detentor: Acácia Mendes Coelho
54390.000125/00-41	17/02/00	7020 8-08	CAUAMÉ AGROPAS TORIL SA	Fiscalização Administrativa Município Boa Vista/RR	Boa Vista	20.643,0	PROCURA DORIA		

54390.000123/00-15	17/02/00	7020 8-08	MURUPÚ AGROPAS TORIL S/A	Fazenda São Francisco do Murupú Município Boa Vista	Boa Vista	21.983,0	PROCURA DORIA	18/12/01 – Presume ineligibilidade do imóvel – tramita processo de doação SPU – 54390 000507/2001-35 02/05/02 – Certidão – prop. União Comprovada legitimidade. Proceder atualização cadastral – emissão CCIR em consonância com a nova situação. Para análise ao cartório reg. Imóveis 07/03/05 - Para Proc. F.A. Santiago para manifestação conclusiva.	
54390.000128/00-39	01/01/00	7020 8-08	NEWTON TAVARES	Fiscalização Administrativa Fazenda São Francisco do Acarai Município Boa Vista/RR	Boa Vista	17.000,0	PROCURA DORIA		

20. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

O Georreferenciamento de PA's e a falta de empresas com capacidade para fazer o licenciamento ambiental dos PA's tem sido grande entrave nos últimos anos. No primeiro caso precisamos de dotação orçamentária para os trabalhos e licitações. No segundo estamos tentando capacitar servidores para fazer os trabalhos de forma direta.

Os repetidos cortes no orçamento têm atrapalhado a execução dos trabalhos desta SR, assim como o de exercícios futuros, pois por vezes um trabalho depende de outros.